

# **DECRETO Nº 3.001 DE 12 DE ABRIL DE 1994**

(Publicado no Diário Oficial de 13/04/1994)

**Processa a alteração de nº 56 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, na conformidade do artigo 102, da Constituição Estadual de 05 de outubro de 1989, no uso de suas atribuições,

## **DECRETA:**

**Art. 1º** Passa a vigorar com a redação abaixo o § 3º do art. 13 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. nº 2.460/89:

“§ 3º O contribuinte que deixar de apresentar, por dois ou mais meses, o demonstrativo de que cuida este artigo, terá cancelada sua habilitação, por ato do Diretor do Departamento de Administração Tributária, até que providencie a atualização das informações e requeira a revogação do ato que a cancelou.”

**Art. 2º** Fica acrescentado o § 11 ao art. 251 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. nº 2.460/89:

“§ 11. Nos casos excepcionais, os pedidos a que se refere este artigo deverão ser encaminhados à Gerência de Informações Econômicas Fiscais - GEIEF, para análise e parecer final, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da recepção do pedido naquela Gerência.”

**Art. 3º** Passa a vigorar com a redação abaixo, o inciso I do art. 7º do Dec. 2.586, de 09 de novembro de 1993:

“I - os documentos cujas autorizações de Impressão sejam anteriores a 31/12/89, terão validade até 09/11/94, observando que, em se tratando de documentos fiscais já autenticados, deverão os mesmos ser encaminhados às Inspetorias Fazendárias para a devida revalidação.”

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 12 de abril de 1994.

**RUY DIAS TRINDADE**  
Governador, em exercício

Rodolpho Tourinho Neto  
Secretário da Fazenda